

# Empresas no Brasil já veem corte de emissões como oportunidade

**Célia Roseblum**  
De Copenhague

A eventual adoção, no futuro, de metas de redução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil já não assusta uma parcela significativa de grandes empresas que atuam no país. Ao contrário: 32% dessas companhias consideram que seria uma grande oportunidade de negócios e apenas 9% acham que isso traria problemas, com possível aumento de preços como resultado. Boa parte, 35%, prefere não opinar ainda.

Os dados integram uma pesquisa feita em conjunto pelo Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, pela consultoria PriceWaterhouseCoopers e pelo Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que será apresentada hoje em Copenhague em um evento paralelo à programação oficial da Cop-15.

Esta terceira edição da pesquisa, segunda em que o Cebds participa, foi antecipada em um ano para identificar como as companhias veem o período pós-Kyoto, tratado que regula as emissões de gases do efeito estufa e vigora até 2012. A ideia, conta Marina Grossi, diretora do Cebds, era avaliar a posição das empresas e seus possíveis temores em relação ao estabelecimento de metas para redução das emissões. Os resultados subsidiam tanto os negociadores brasileiros que participam da Conferência das Partes na Dinamarca, quanto as empresas que discutem a questão independentemente.

Para Ernesto Cavasin, diretor de sustentabilidade da Price, a pesquisa mostra que “as empresas brasileiras elegeram o clima como um tema importante” — 94% das consultadas consideram os impactos da mudança climática global estratégicos ou relevantes para o futuro de seus negócios. Mas elas ainda têm, segundo o executivo,

um longo caminho pela frente. Isso fica evidente, avalia, no total de companhias que fazem inventários de suas emissões de gases de efeito estufa, que somam 40% do universo da pesquisa. “Esse desequilíbrio tende a mudar nos próximos anos para atender as mudanças climáticas”, prevê.

A distância entre a percepção e a ação se repete em outro aspecto do levantamento: apesar de grande parte das empresas brasileiras (80%) monitorarem as ações da concorrência no mercado global de carbono, elas mostram certo desânimo quanto à sua própria atuação: o total de companhias verde-amarelas com projetos ou com planos de MDL caiu de 79% para 50% na comparação deste ano com o ano passado. “Elas não entram no mercado de carbono, porque acreditam que os projetos são caros e que não possuem conhecimento técnico”, diz Cavasin.

O quadro já foi mais complicado. Ao longo das três edições da pesquisa, segundo o diretor da Price, os resultados mostram que a indústria brasileira tem se capacita-

do na área. Hoje, os aspectos financeiros parecem pesar mais. Ao optar por um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a empresa escolhe um processo que reduz as emissões em relação ao que ocorreria se essa opção não fosse feita — algo como trocar geração a diesel por biomassa, por exemplo. A economia resultante gera créditos de carbono. A reclamação das empresas, segundo Cavasin, é falta de dinheiro para estabelecer este novo sistema.

Além do desânimo e da crise financeira, também pesou no quadro a indefinição quanto às regras para o MDL a partir das negociações em Copenhague. “Em um cenário de incerteza, fica difícil para as empresas se mexerem”, diz Marina. “Todo mundo quer o MDL.”

Mas com certeza, ressalva, ninguém deseja que surjam fatores que compliquem, por exemplo, a adicionalidade — critério para a aprovação de um projeto que afere a diferença entre o que será cortado em emissões na comparação com o quadro se nada fosse feito.

Embora ainda ocupe a terceira posição mundial como gerador de projetos de MDL, atrás da China e da Índia, o Brasil teve este ano, segundo dados preliminares, um desempenho tímido. Levantamento divulgado na semana passada pela Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Carbono (Abemc) indica que o número de projetos de MDL brasileiros registrados junto à ONU caiu de 34, em 2008, para 17 neste ano. As estimativas em nível global apontam retração no mercado de US\$ 126 bilhões, negociados em 2008, para US\$ 118 bilhões este ano.

“O mais importante é que as empresas acreditam que a mudança climática é uma questão estratégica e importante para sobreviver”, avalia Cavasin. Agora, essa percepção deve ser transformada em decisões de negócios, como a realização de inventários de emissões. Nesse campo específico, o Brasil já deu, segundo Marina, um passo à frente. Em março, o Cebds e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) lançam uma versão adaptada à realidade brasileira do GHG Protocol, o Protocolo de Gases de Efeito Estufa, mais consagrada metodologia utilizada no mundo para medir emissões.

“Isso é importante, porque se conversa do mesmo jeito”, diz Marina. Em Copenhague, acrescenta, as disparidades de dados são grandes, e utilizar as mesmas bases é fundamental para enfrentar o quadro das mudanças climáticas.

Para a pesquisa, foram ouvidas, no terceiro trimestre, 166 organizações, entre empresas, instituições financeiras, associações e cooperativas. A maioria das companhias que participaram (67%) registrou faturamento superior a R\$ 200 milhões. A maior parte delas está concentrada nos setores de energia, agronegócios e papel e celulose.